

AMÉRICA LATINA E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO DE FRAGILIDADE

EMBLEMÁTICA: Consenso de Washington e as influências neoliberais.

Simone de Fátima Ferreira Sá

RESUMO

Superar a crise do modelo neoliberal de crescimento econômico na América Latina tem se tornado um desafio que reflete os paradigmas do modo de produção capitalista. Assim, em virtude da alta inflação, desvalorização da moeda, desemprego e subemprego local viu-se como “solução” a necessidade de implementação de mudanças. Nessa feita surge o Consenso de Washington dotado de propostas que tinham por cunho erradicar tal contexto. A visão neoliberal dominante nos países centrais apontam como motivos da crise duas principais vertentes: populismo econômico traduzido em indisciplina fiscal e o excesso de intervenção do Estado. Nesse consenso, foram propostos dez eixos a serem implementados nos países subdesenvolvidos que contemplam basicamente a necessidade de disciplina fiscal e monetária, liberalização, privatização e desregulamentação. No entanto, a aplicabilidade e a análise dos resultados pós Consenso de Washington não foram satisfatórias, contrário a isso. De fato, é preciso combater a indisciplina fiscal e reduzir o tamanho do Estado, mas o problema é muito mais complexo do que isso, perpassa o contexto histórico, estrutural e global, carecendo, portanto, esse tema maior atenção. Sendo esse um contexto emblemático.

Palavras-chave: neoliberalismo. Consenso de Washington. Crise.

ABSTRACT

Overcoming the crisis of the neoliberal model of economic growth in Latin America has become a challenge that reflects the paradigms of the capitalist mode of production. Thus, due to high inflation, currency devaluation, unemployment and local underemployment, the need to implement changes was seen as a "solution", in this case the Washington Consensus emerged with proposals that were designed to eradicate this context. The dominant neoliberal view in the central countries point to two main reasons for the crisis: economic populism translated into fiscal indiscipline and excessive state intervention. In this agreement, ten axes were proposed to be implemented in the underdeveloped countries that basically contemplated the need for fiscal and monetary discipline, liberalization, privatization and deregulation. However, the applicability and analysis of post-Concise results in Washington were not satisfactory, contrary to this. In fact, it is necessary to combat fiscal indiscipline and reduce the size of the State, but the problem is much more complex than that, it goes through the historical, structural and global context, thus requiring more attention. This being an emblematic context.

Keywords: neoliberalism. Washington Consensus. Crisis.

RESUMEN

Superar la crisis del modelo neoliberal de crecimiento económico en América Latina se ha convertido en un desafío que refleja los paradigmas del modo de producción capitalista. Así, en virtud de la alta inflación, devaluación de la moneda, desempleo y subempleo local se vio como "solución" la necesidad de implementación de cambios, en esa formulación surge el Consenso de Washington dotado de propuestas que tenían por objeto erradicar dicho contexto. La visión neoliberal dominante en los países centrales, apunta como motivos de la crisis dos principales vertientes: populismo económico traducido en indisciplina fiscal y el exceso de intervención del Estado. En ese consenso, se propusieron diez ejes a ser implementados en los países subdesarrollados que contemplaban, básicamente la necesidad de disciplina fiscal y monetaria, liberalización, privatización y desregulación. Sin embargo, la aplicabilidad y el análisis de los resultados postcontenidos de Washington no fueron satisfactorios, contrario a eso. De hecho, es necesario combatir la indisciplina fiscal y reducir el tamaño del Estado, pero el problema es mucho más complejo que eso, atraviesa el contexto histórico, estructural y global, carente, por lo tanto, ese tema mayor atención. Siendo ese un contexto emblemático.

Palabras clave: neoliberalismo. Consenso de Washington. Crisis.

INTRODUÇÃO

Em meados da década dos anos 90 houve um consenso mundial, na qual os países desenvolvidos se reuniram oferecendo procedimentos e medidas a serem aplicadas nos países pobres a fim de que esses alcançassem o desenvolvimento pleno através de economias estáveis. Coordenado pelo economista inglês John Williamson que em 1989 apresentou o paper "What Washington Means by Policy Reform" na Conferência do Instituto de Economia Internacional em Washington, DC, EUA.

Nesse encontro, foi elaborado uma espécie de "cartilha" dotada de dez procedimentos e reformas econômicas sob forma de recomendação aos países da América Latina. A defesa dessas medidas e sua implementação representava o que viria ser o Consenso de Washington. Tal nomenclatura, deve-se ao fato dos agentes motivadores da proposta, sendo a política de Washington, como também ao Congresso Americano. O Consenso tem esse nome, Consenso de Washington, tendo em vista que a conferência se deu na referida cidade norte americana.

Essas dez reformas, conforme entendimento dos seus idealizadores, não representam a solução para os problemas, mas sim um possível caminho de medidas mais urgentes a serem adotadas pelos países da América Latina. Há de se destacar que a América Latina vivenciava um

período de crise e instabilidade política, econômica e social. Sendo portanto, necessário, inserir ao debate a compreensão inicial de como se dava o contexto latino americano antes do Consenso de Washington os antecedentes que levaram ao consenso, as reformas realizadas e os reflexos dessa na economia latino americana. Diante disso, constata-se que o consenso de Washington apresenta falhas responsáveis por aprofundar a presente situação latino americana.

1.1 O cenário mundial e local da década de 80: reformas paliativas e questionáveis em resultados em um contexto de crise.

Desemprego, inflação, redução da entrada do capital estrangeiro, dívida externa características que refletiam o contexto de crise na qual caracterizou os anos de 1980 como um período conhecido por década perdida em virtude da crise e instabilidade na qual a maioria dos países da América Latina. Apesar de alguns países da América Latina terem demonstrado crescimento, como por exemplo, o caso do Brasil que nos anos 85 e 86 alcançou um certo crescimento, isso, não refletia a realidade dos demais países latino americanos.

O principal fator que alavancou esse contexto de crise latino foi a recessão mundial do início dos anos 80, reflexo de altas taxas juros, aumento no valor dos preços de exportação o que levou a desproporção da balança latina americana, resultando em um déficit econômico. Na qual coube a cada país ajustar sua economia doméstica em resposta ao contexto de crise (REZENDE, 1990).

Ao analisar a evolução do mercado financeiro mundial entre os períodos de 1985 a 1999 Estenssoro (2003), elenca que a maioria dos países chegaram os anos de 1970 encontravam-se por uma prolongada crise econômica da qual não conseguem se recuperar. Em análise destaca dois pontos principais que refletem os conflitos explícitos entre as divergências de necessidades existentes entre as economias domésticas e da população local versus a lógica internacional do capital trazendo a tona as contradições existentes que conseguiram ser ocultas pelo rápido crescimento econômico do pós-guerra. Nesse contexto, em que temas globais tornam-se o centro de debates como a dívida externa, energia, meio ambiente e desenvolvimento iniciou-se a compreensão dos mesmos a partir de uma perspectiva transnacionalizada o que tornou ainda mais complexa a relação dos atores nesses âmbitos.

Conforme Tomassini (1984, *apud*, ESTENSSORO, 2003, p. 20-21):

o processo de transnacionalização não é um “projeto” dos centros industriais nem se identifica com um “estilo de desenvolvimento” prevalecente nos países capitalistas avançados e, portanto, o processo de transnacionalização não traria somente consequências adversas para os países em desenvolvimento. Dentro do processo de transnacionalização

estariam contidos vários projetos correspondentes a diversos “estilos de desenvolvimento”. Nesta crescente interdependência haveria um projetodominante e projetos alternativos em construção que utilizariam os mesmos canais globais para sua disseminação. Além disso, o avanço da interdependência seria um fenômeno qualitativamente diferenciado da simples *abertura externa*, não se contrapondo, portanto, a um crescimento hacio adentro. O principal resultado do processo de transnacionalização é o incremento da interdependência. Porém, dentro desse processo, as relações centro-periférica evolíram de um conceito de “cooperação” no imediato pós guerra, para um conceito de “confrontação” no diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes últimos, por sua vez, diversificam consideravelmente as suas formas de inserção no sistema internacional, criando o que se chamou de “dependência plurilateral” e erodindo o conceito de “Terceiro Mundo”. Devido a essas tensões passamos a um período de crise econômica, política e social.

No que tange a esse contexto de crise duas correntes surgem tentando explicá-la a primeira ente que essa nada mais é do que o reflexo de um longo contexto de recessão que resultou ambiente propício e negativo, já a segunda vertente trata-se de uma crise estrutural. Na qual, ambas careciam de ajustes oriundas dos países central desenvolvidos (SUNKEL, 1984).

A realidade da década perdida era a de quedas salariais, desemprego e o fim do crescimento. E nesse contexto, foi, então, possível, identifica que os problemas econômicos da América Latina detinha problemas profundos que revelavam o quão a economia era vulnerável e dependente do contexto mundial. Nesse prisma, Cruz (2004, p.7) salienta que:

A América Latina já tinha sérios problemas antes de estourar a crise; esta só fez expor e intensificar os problemas existentes. Os grandes empréstimos dos anos 70 não foram utilizados da forma mais eficiente. O desemprego e subemprego já eram altos em alguns países. A inflação já aumentava constantemente e a má distribuição de renda existia em toda parte. Por fim, a saída de capital gerava uma grande perda de confiança das economias da região.

Compreender os problemas estruturais e econômicos dos países latino americanos está intimamente relacionada aos percalços históricos a qual o mesmo se deu em processo formador. Nessa feita, há de se rememorar que até meados dos anos 30 a economia latina se firmava na base exportadora de produtos primários, no entanto devido a segunda guerra Mundial esses países em virtude do seu isolamento com só países do leste europeu. Além disso, diversos países passaram a importar produtos primários o que fez surgir na necessidade dos países latino-americanos nos produtos manufaturados, produção doméstica essa incentivada pelo contexto mundial da época. Preocupados com esse contexto e buscando aumentar o número de empregados a política de substituição de importações tornou-se obrigatória.

Entretanto, para que houvesse a produção de bens e produtos duráveis faz-se necessário a mão de obra especializada e, por conseguinte, de economias de escala. Assim, os governantes tem por alvo de domínio as industrias de base. Essa produção requeria investimentos altos, logo recaiu sobre a produção comercial a responsabilidade de subsistência de todo o contexto.

Cruz (2004, p. 9-10) ao analisar essa estratégia, aponta a seguinte observação:

O limitado tamanho dos mercados nacionais levavam à formação de monopólios e à pouca competição entre as indústrias, principalmente por causa da grande proteção que tinham contra a entrada de indústrias estrangeiras. Tudo isso gerava pouco incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias. As exportações eram desestimuladas com as grandes flutuações das moedas latinoamericanas, pois estas causavam flutuações nos lucros dos exportadores. Com a diminuição no crescimento das exportações de produtos primários tradicionais, o não surgimento de novos produtos e a falta de desenvolvimento de manufaturas para a 10 exportação, os países da América Latina passaram a não receber moeda estrangeira suficiente para sustentar o crescimento de suas economias. Para se manter as taxas anteriores de crescimento era necessário manter uma crescente taxa de poupança, a qual neste momento só diminuía devido à necessidade de materiais e máquinas importadas para as indústrias de substituição de importações e aos altos custos de proteção.

Dessa forma, obteve-se o resultado contrário do esperado, ao passo que o processo de substituição de importações aumentou cada vez mais a distância entre os países industrializados e os tidos como de “terceiro mundo”. Nessa feita, algumas mudanças e reformas passaram a ser implementadas pelos governos latinos. Houve reformas no Brasil, Chile Argentina, Colômbia, México, Peru, dentre outras.

A começar pelo Brasil, nos anos de 1960, momento propício para reformas. Pois, a moeda estava desvalorizada estratégias foram criadas a fim de que essas se relacionassem com a inflação doméstica, na qual houve a concessão de subsídios para exportação. Em análise a esse período, elenca-se os dizeres de Giambiagi (2008, p.5):

No que se refere às exportações, o estímulo governamental assumiu diversas formas, entre as quais a introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais (crawling peg) a partir de 1968, e a criação do Programa Befiex em 1972, permitindo às empresas com planos de exportação contar com uma série de facilidades de importação, sujeitas ao desempenho exportador futuro.

Diante disso, minimizou-se a discriminação em relação às exportações, contexto esse que se fez presente não no Brasil, mas, também, em outros países como a Colômbia e, em menor escala, a Argentina e o México. Países esses que fizeram o uso de tais medidas que garantiram melhoras significativas a eles no contexto econômico pós 1966.

Conforme debatido anteriormente, compreender a conjuntura atual dos países da América Latina não requer essencialmente que sejam analisados individualmente, mas sim no contexto histórico e temporal. Nessa perspectiva, o período dos anos de 1973 a 1975 em virtude da oscilação e aumento do preço do petróleo a recessão mundial, conseqüentemente, atingiu os países latinos. Em especial destaca-se o Chile e o Uruguai que tiveram de reformular o seu sistema de incentivo (MAURIZIO, 2013).

Quanto a esse contexto, sabidamente, sintetiza Cunha (2004, p.48) que:

Estas reformas envolveram grandes desvalorizações, diminuição da proteção contra importados, liberalização dos preços e diminuição dos déficits do orçamento. Com isso, ambos os países tiveram grandes ganhos no setor de exportações. Ao contrário, Brasil, Argentina, Colômbia, México e Peru aumentaram a proteção contra importações, aumentando assim a discriminação com as exportações. Estes países passaram a depender fortemente dos empréstimos estrangeiros para superarem os choques externos. Em consequência, suas taxas de crescimento econômico passaram a cair a partir de 1973. [...] Os empréstimos estrangeiros aumentaram a dívida externa, a qual praticamente dobrou entre os anos de 73 e 78. Extremamente endividados, os países latino-americanos sofreram com o aumento do preço do petróleo, com as péssimas condições econômicas ao redor do mundo e com o aumento significativo das taxas de juros mundiais nos anos seguintes. Com o dinheiro emprestado sendo muitas vezes utilizado de forma ineficiente, a América Latina entrava numa crise da dívida externa. Entre 1973 e 1985, a renda per capita caiu na Argentina, onde a situação econômica foi agravada pela falta de consistência das políticas macroeconômicas e a supervalorização das taxas de câmbio. A apreciação da moeda em termos reais também reduziu os benefícios das reformas introduzidas no Chile e no Uruguai em meados dos anos 70. A renda per capita diminuiu consideravelmente no Peru, o qual não teve controle sobre os efeitos adversos gerados pelas políticas aplicadas por sucessivos governos militares; e na Venezuela, onde não se soube aproveitar de forma eficiente as oportunidades geradas pelo aumento nos preços do petróleo.

Somando-se a todo esse contexto de instabilidade e reformas, o fato de que a saída de capital de alguns países agravou a dívida externa da região a tal ponto que nos anos de 1985, a dívida externa de grande parte dos países latino-americanos era maior do que o valor de suas exportações de bens e serviços resultando com isso no aumento da inflação. Acrescido ao aumento do desemprego e subemprego na qual a sociedade foi fortemente impactada (MATTEI, 2010).

1.2 Consenso de Washington propostas e impactos: breve percepção da América Latina atual.

O Consenso de Washington ou Agenda de Washington cujo paper foi “What Washington Means by Policy Reform” trata-se de uma conferência que ocorreu no Instituto de Economia Internacional em novembro de 1989. Tendo por proposta basilar discutir o contexto dos diversos países latino americanos, debate proposto e construído em conjunto. Neste momento, John Williamson era Economista Sênior do Instituto de Economia Internacional.

Ainda no que cerne ao objetivo dessa conferência, dispões Cunha (2004) que:

O objetivo de John Williamson era mostrar para o “público” de Washington, o qual ainda parecia achar que a América Latina estava parada nos anos 60 e só sabia pedir ajuda financeira sem fazer nada para merecê-la, que eles estavam errados e que a América Latina merecia sim alguma ajuda. A conferência como um todo foi motivada por uma preocupação de que se estava fazendo injustiça contra os países da região, pois alguns países industrializados acreditavam que a América Latina em geral havia fracassado na tentativa de se ajustar.

Assim, a proposta era construir em conjunto essas reformas Williamson declarou: “The ten topics around which the paper is organized deal with policy instruments rather than objectives

or outcome. They are economic policy instruments that I perceive “Washington to think important, as well as some consensus exists”. Proposta essa que se fundamentava em dez medidas basilares que deveriam ser atendidas especificamente em casa contexto, sendo elas: As dez medidas listadas são: 1. Disciplina fiscal 2. Redução dos gastos públicos 3. Reforma tributária 4. Juros de mercado 5. Taxa de câmbio competitiva 6. Abertura comercial 7. Investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições 8. Privatização das estatais 9. Desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas 10. Direito de propriedade (CUNHA, 2004).

Além da preocupação com as questões econômicas nessa conferência propôs-se, também, que houvesse uma atenção aos relacionamentos o que inclui o incentivo aos preceitos democráticos e humanos, na proteção ao meio ambiente, crescimento populacional, política e anticorrupção. Apesar da demonstração da, também, preocupação com essas questões, ainda é incipiente (WILLIAMSON, 1990).

Isto inclui o incentivo à democracia e aos direitos humanos, a preservação do meio-ambiente, o controle do tráfico de drogas e do crescimento da população. Mas mesmo com todas estas preocupações, a participação política e financeira de Washington nestes assuntos ainda é muito pequena (MATTEI, 2010).

No entanto, apesar de as propostas e motivações serem as melhores possíveis os resultados foram o esperado, contrário a isso, há estudiosos que afirmam ter sido desastrosa aumentando a pobreza e a desigualdade nos países latino americanos. Em análise aos reflexos do Consenso de Washington Filho (1994) dispõe que:

[...] apresenta lacunas graves. Os doutrinadores de Washington não só esqueceram de atribuir o devido peso aos fatores externos, como fizeram um diagnóstico impreciso dos problemas econômicos locais. Uma revisão menos dogmática dos fatores causais da crise financeira de 1982 teria apontado tanto fatores externos como fatores internos. Hoje parece haver pouca dúvida de que a América Latina foi atingida por violentos choques externos durante os anos setenta e início dos anos oitenta, choques esses que foram amplificados por erros de política econômica dos governos locais.

[...] O diagnóstico de Washington não só minimizou as distorções associadas ao endividamento externo como atribuiu ao modelo de industrialização e ao setor público a responsabilidade maior pela crise. Na ausência de uma visão crítica do processo de endividamento, os países devedores foram induzidos a pagar as dívidas externas a qualquer preço. Os programas de ajustamento e as reformas econômicas da década de oitenta passaram ao largo das distorções financeiras e sacrificaram pesadamente os setores produtivos dos países tutelados. Talvez a maior falha do diagnóstico de Washington tenha sido o não reconhecimento da necessidade de reduzir as dívidas externas. Este erro teve, na verdade, um forte viés político-ideológico.

Um dos principais problemas, que deve ser observado em se tratando do contexto econômico e social de um país é a percepção da instabilidade, pois em se tratando do capitalismo e seu contexto de globalização, há de se destacar o seu dinamismo e por, conseguinte reflexos de desigualdade a qual resulta. Com o aumento do desemprego, a partir da volatilidade, é a camada

mais pobre que maior sofre com esse contexto. O desemprego aumentou aproximadamente 3% (três por cento) nesse período (FILHO, 1994).

Stiglitz acredita que a maioria da culpa da crise deveu-se ao choque da taxa de juros imposto pelos Estados Unidos. A América Latina, assim como o resto do mundo, sofreu com os choques do preço do petróleo nos anos 70 mas conseguiu superá-los excepcionalmente bem, muito melhor que algumas outras regiões. Mas isso foi feito de forma insustentável, dependente da entrada de capitais. Ele afirma que a crise iria ter acontecido. Não importa se o endividamento estrangeiro surgiu de uma baixa poupança ou de grandes investimentos, nem se as empresas estatais foram eficientes ou não. Desta forma, a ineficiência destas empresas, por si só, não podem ser consideradas culpadas (STIGLITZ, 2002).

O referido autor, ainda sobre as falhas, analisou especificamente três pontos críticos sendo eles:

- As reformas, incluindo as diversas formas de liberalização, aumentaram a exposição dos países ao risco sem aumentar sua capacidade de poder arcar com estes.
- As reformas macroeconômicas eram desequilibradas, colocavam muito peso na luta contra a inflação e pouco na luta contra o desemprego e na promoção do crescimento.
- As reformas incentivaram as privatizações, fortaleceram o setor privado e deram pouca atenção ao melhoramento do setor público, com isso, alcançaram um mal equilíbrio entre o mercado e o Estado ((STIGLITZ, 2002, p. 78).

Ante aos fatos, a instabilidade macroeconômica em se tratando da América-latina, consoante aos levantamentos do FMI somado aos neoliberais na qual a intervenção do governo no mercado atrelada a uma política monetária cujas principais causas resultam em distúrbios macroeconômicos. Mas, o que se observa é a não observância do contexto histórico para a implementação das políticas que resultou em instabilidade capitalismo (MATEEI, 2010).

No que cerne as reformas, na América Latina, a política fiscal, ao invés de ser contracíclica, era pró-cíclica. Mas isto não se deu em virtude das falhas dos economistas latino-americanos, em especial da interdependência que os países latinos adquiriram com o FMI, tornando-se dependentes de dinheiro e de conselhos, o que instigou na adoção de políticas pró-cíclicas. O que se tinha era um contexto em que diante de situações críticas econômicas a solução é a de cortar os gastos e aumentar os impostos. E estas políticas fiscais pró-cíclicas agravavam as crises de cada um dos países da região que refletem problemas sociais (SOARES, 2010).

Nessa feita, chama-se ao fato um dos problemas centrais que pairam as políticas do Consenso de Washington como a percepção dos fatos, visto que o foco encontra-se na eficiência econômica. Mas, há quem diga que ainda que as políticas do “Consenso” tivessem sucedido em promover crescimento e estabilidade, ainda assim haveria uma demanda para reformar as reformas (FILHO, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 90 para a América Latina não foi tão próspero como almejado, contrariamente, este período apresentou pouco crescimento e crises cada vez mais frequentes, na qual os índices de pobreza que haviam caído, voltaram a apresentar crescimento a partir de 1997. O problema da hiperinflação foi reduzido, mas a taxa de emprego, o investimento e os preços dos produtos primários estavam todos a taxas muito baixas. Ou seja, não se viam grandes melhoras geradas pelas reformas.

Muitos dos países latino-americanos tomaram decisões que os tornaram dependentes do capital estrangeiro, fruto da adoção das políticas e propostas do “Consenso” que se diferenciavam de um país para o outro. E outro motivo para o crescimento econômico não ter ocorrido como o esperado foi o fato das reformas propostas terem sido abandonadas ou até mesmo ficado incompletas. Fato é que algumas reformas de primeira geração nunca chegaram a ser implementadas na qual poucos países chegaram de fato a uma agenda de reformas de segunda geração, que resultaria, por fim em um dos grandes problemas o da limitação de reformas e a aceleração do crescimento e pouca preocupação com o contexto social, ou seja, com o emprego, a pobreza e a distribuição de renda.

Atribuir a culpa a tais fatos e resultados ao Consenso de Washington não se trata da resposta, mas o começo delas, pois tomando por base o sentido neoliberal empregado por Stiglitz, a necessidade de corrigir os erros e identificar uma nova agenda de reformas para a América Latina, que possa suceder o tão discutido Consenso de Washington.

Referências

BALASSA, Bela, Gerardo M. Bueno, Pedro Pablo Kuczynski, and Mario Henrique Simonsen. 1986. *Toward Renewed Economic Growth in Latin America*. Mexico City: El Colegio de Mexico; Washington: Institute for International Economics.

CRUZ, Valéria de Souza. *O Consenso de Washington e suas reformas para a América Latina*. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Valeria_de_Souza_Cruz.pdf Acesso em: 25 de agosto de 2018.

EASTERLY, W., Loayza, N., & Montiel, P. (1997). *Has Latin America's post-reform growth been disappointing?* *Journal of International Economics*, 43(3):287-311.

ESTENSOSO, Luiz. *Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

LOAYZA, N., Fajnzylber, P., & Calderón, C. (2005). *Economic Growth in Latin America and the Caribbean*. The World Bank, Washington, D.C.

MATTEI, L. "Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina." IELA/UFSC: Texto para Discussão no. 10 (2010). Versão disponível em: http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/158_texto10.lauro.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

MAURIZIO, R. "Labor Market and Income Distribution in Latin America in Times of Economic Growth: Advances and Shortcomings." (2013). Versão disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2241049>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

RESENDE, A. L. (1990). *Estabilização e reforma: 1964-1967*. In Abreu, M. (org.), *A Ordem Do Progresso*, Rio de Janeiro. Campus.

SOARES, S. *A distribuição dos rendimentos do trabalho e a queda da desigualdade de 1995 a 2009*. IPEA. Mercado de Trabalho, no. 45, pp. 35-40 (2010). Versão disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt45_05_nt03_distribuicao.pdf. Acesso em: agosto de 2018.

STIGLITZ, Joseph E. 2002. "Whither Reform? Towards a New Agenda for Latin America." *CEPAL Review*, no. 80 (August 2003): 7-37.